

Suprema Corte dos EUA mantém suspensão lei da Flórida contra imigrantes sem documentos

Norma que criminaliza indocumentados foi barrada por interferir em competência federal

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu nesta quarta-feira (10) manter suspensa a lei estadual da Flórida que cria crimes específicos para imigrantes sem documentos que entram ou reentram no estado. A decisão representa uma derrota para o procurador-geral da Flórida, James Uthmeier, que tentava derrubar uma liminar da Justiça Federal. A lei foi aprovada em fevereiro, durante uma sessão legislativa especial convocada pelo governador Ron DeSantis, e é considerada um dos pilares do alinhamento político do estado à agenda migratória do ex-presidente Donald Trump.

A norma, conhecida como SB 4-C, prevê que imigrantes irregulares sejam automaticamente detidos ao entrarem na Flórida, mesmo que já estejam em processo judicial ou tenham direito à perma-

nência sob critérios federais. A juíza federal Kathleen Williams, que suspendeu temporariamente a aplicação da lei em abril, argumentou que a medida viola a Constituição dos EUA ao invadir uma área de competência exclusiva do governo federal: a política de imigração. Segundo a magistrada, a obrigatoriedade de detenção imposta pela lei também interfere nas decisões da Justiça Federal, ao impedir, por exemplo, a concessão de liberdade provisória.

O pedido de Uthmeier à Suprema Corte tinha como objetivo liberar a aplicação da lei até que o caso fosse julgado definitivamente pelo Tribunal de Apelações do 11º Circuito. No entanto, a Corte rejeitou o pedido sem explicações, como costuma ocorrer nesse tipo de decisão. Com isso, a SB 4-C seguirá suspensa pelo menos até outubro, quando está



ICE realiza operações na Flórida

prevista a análise do recurso pela Corte de Apelações, com sede em Atlanta.

Em sua argumentação, o governo da Flórida afirmou que a lei estadual apenas “espelha” a legislação federal e busca proteger os cidadãos dos impactos negativos da imigração irregular. “A imigração ilegal continua a causar estragos no estado enquanto a lei não pode ser aplicada”, escreveu a Procuradoria-Geral no pedido à Suprema Corte. No entanto, os autores da ação — incluindo a Florida Immigrant Coalition, a Farmworker Association of Florida e dois imigrantes afetados — sustentam que a SB 4-C representa uma tentativa inconstitucional de criminalizar a imigração por parte de um estado, o que viola a chamada “cláusula de supremacia” da Constituição dos EUA.

A juíza Williams chegou

a tomar uma medida rara no processo: declarou James Uthmeier em desacato civil, após ele enviar cartas a departamentos de polícia indicando que a lei poderia ser aplicada, mesmo com a decisão judicial em vigor. Segundo ela, a conduta violou a ordem de notificar as forças de segurança sobre a suspensão imediata da norma.

Apesar das derrotas nos tribunais, a administração Trump ingressou esta semana com uma manifestação no Tribunal de Apelações pedindo a derrubada da liminar. O caso tem mobilizado a base conservadora, enquanto defensores dos imigrantes e parlamentares democratas denunciam a criminalização de pessoas que não representam ameaça e apenas buscam melhores condições de vida nos Estados Unidos.

Fonte: NBC

Menos de 1% dos deportados sob governo Trump tinham condenações por homicídio

A promessa de Donald Trump de expulsar os “piores dos piores” criminosos imigrantes irregulares dos Estados Unidos não se confirmou, segundo dados obtidos pela CBS News. Entre os cerca de 100 mil imigrantes deportados pelo ICE entre 1º de janeiro e 24 de junho, menos de 1% tinham condenações por homicídio. A maioria foi removida por infrações menores, como violações de trânsito ou de imigração.

O documento interno do ICE mostra que apenas 729 deportados (0,58%) tinham condenações por homicídio, e 1.628 (1,2%) por agressão sexual. Enquanto isso, 10.738 pessoas (15,2%) tinham antecedentes por agressão comum. Embora o discurso oficial afirme que o foco são criminosos perigosos, como estupradores e assassinos, os dados mostram um cenário diferente.

Além disso, apenas 3,26% dos deportados tinham ligações com gangues ou terrorismo. A resposta do Departamento de Segurança Interna não detalhou as acusações pendentes de muitos dos deportados, o que levanta críticas sobre a transparência das ações.



Mais de 500 brasileiros já foram deportados desde o início do ano

Seis congressistas republicanos de origem hispânica chegaram a escrever ao ICE pedindo foco maior na expulsão de criminosos violentos. O governo respondeu com os dados, enquanto a pressão interna continua alta: conselheiros da Casa Branca querem triplicar o número de prisões diárias feitas pelo ICE.

A CBS News também apontou que **cerca de 40% dos

detidos pelo ICE desde o início do governo Trump não tinham antecedentes criminais** e apenas **8%** haviam cometido crimes violentos. Mesmo assim, autoridades como o “czar da fronteira” Tom Homan reforçam que qualquer imigrante irregular pode ser alvo de deportação, mesmo que a prioridade continue sendo os mais perigosos.

Fonte: CBS

Dra. Cassia Barros
DENTISTA DE CRIANÇA

Servindo o sul da Flórida há mais de 20 anos!

Aceitamos a maioria dos seguros, incluindo Medicaid e PPOs.

824 SE 8th Avenue
Deerfield Beach, FL 33441
(954) 532-9938